

CARTA AO NOVO PRESIDENTE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Jornal do Brasil, 27/12/89

Senhor Presidente-eleito, Fernando Collor de Mello, esta é a primeira carta que lhe escrevo. É uma carta pública, porque seu assunto é de interesse público. Mas é uma carta pessoal, porque refere-se a decisões que o senhor tomar ou deixará de tomar. É uma carta de um economista que, como membro do PSDB, ficará na oposição ao seu governo. Não fui seu eleitor e tenho enormes preocupações quanto à sua possibilidade de êxito em enfrentar uma crise sem precedentes. Adotarei, portanto, uma atitude crítica. Não deixarei, entretanto, de oferecer-lhe sugestões. E apoiarei as medidas de ajuste fiscal que deverão ter prioridade sobre qualquer outro problema em 1990.

Assisti com atenção à sua primeira entrevista coletiva à imprensa. Trouxe algumas novidades em relação à sua campanha. Saliento apenas duas: uma positiva, outra negativa. A positiva: o senhor reconheceu que um plano de estabilização que vise a controlar a inflação será necessariamente recessivo. É um sinal de realismo. A negativa: o senhor disse, em relação à dívida externa, que acredita "ser possível uma ampla negociação dessa dívida, sem nenhuma medida unilateral, obedecendo às regras do jogo, mas negociando de uma forma vigorosa e defendendo intransigentemente os interesses nacionais" (os grifos são meus). Neste caso, o senhor não está sendo realista. E se realmente adotar essa política em relação à dívida externa, dificilmente terá condições de enfrentar a crise fiscal, controlar a inflação e retomar o desenvolvimento do país.

Hoje a dívida externa já não é mais o principal problema econômico do Brasil. Em 1987 ficou claro para mim que a crise fiscal - e não a crise cambial - se transformara no grande problema. Mas a dívida externa, além de ter sido a causa original da crise fiscal, é uma parte essencial dessa mesma crise. E o fato de a crise cambial ter sido superada pela crise fiscal não significa que o país possa tranquilamente pagar sua dívida (segundo essa visão, quem não poderia pagar seria o Estado). Esta é uma tese tola, que a realidade dos fatos se encarrega todos os anos de desmentir. Em 1989, apesar de um superávit comercial de 16 bilhões de dólares, o Branco Central previa perdas de reservas de 4,8 bilhões de dólares (Brasil: Programa Econômico, setembro 1989). Foi por isto que não restou outra alternativa ao governo

senão decidir por nova moratória dos juros. São os 4 bilhões de dólares que estamos deixando de pagar neste ano que estão permitindo a manutenção das reservas internacionais do Brasil.

Na verdade, é impossível lograr a solução da crise econômica brasileira sem enfrentar com coragem e determinação o problema da dívida. E isto significa tomar medidas unilaterais, recusando-se a obedecer as regras do jogo. As regras do jogo são definidas pelos nossos credores e excluem a suspensão unilateral do pagamento dos juros. O que os credores desejam é negociar enquanto pagamos. Dessa forma perdemos reservas e ficamos cambialmente estrangulados, sem qualquer poder real de negociação. O Brasil tem todas as condições de inverter esse jogo. Na verdade, os credores estão à espera disto. Nossas elites e nossos governantes, entretanto, não apenas no Brasil mas em toda a América Latina, se atemorizam. Querem obter a "boa vontade" dos credores. Quem gozar do seu "respeito". E acabam desmoralizados, porque a busca da boa vontade e do respeito os torna incapazes de enfrentar os problemas reais da economia. É o que está acontecendo agora na Argentina. É muito provável que o mesmo ocorra com o México. Não deixe, senhor presidente-eleito, que este também seja o destino do Brasil.

Uma última sugestão. Os jornais anunciam que pretende deixar para março o anúncio do seu ministério. Que usaria a técnica do "balão de ensaio" antes de designá-lo. Não faça isto em relação ao Ministro da Fazenda. Escolha-o com urgência. De forma que ele possa constituir sua equipe e se preparar para enfrentar a hiperinflação no primeiro dia de governo. Nem Sarney nem o senhor desejam a antecipação da posse. Mas a hiperinflação está explodindo. Fala-se em 80 por cento em janeiro. Talvez não haja outra alternativa. Mesmo, entretanto, que não ocorra a antecipação, é preciso que o novo ministro esteja preparado desde já. Temos economistas e empresários capazes de assumir o cargo. Prestígie o seu Ministro da Fazenda agora com uma escolha sem hesitações. Prestígie-o depois na sua luta impopular e difícil no pelo ajuste fiscal. Seu combate será enorme: contra os demais ministros, contra os funcionários, contra muitos empresários, contra todos que direta ou indiretamente se beneficiam do Estado. Prestígie-o e exija dele duas qualidades fundamentais, que deverão também ser suas: visão e coragem.